



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2018

-----Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2018, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 5. Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança;**-----
- 6. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017.** ---

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa; -----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, e a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre



Assembleia Municipal de Sesimbra

Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva e Francisco José Pereira Luís.

-----Justificou a ausência da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, por motivos de saúde.

-----Informou em seguida que os Deputados Sérgio Miguel Redondo Faias e Bertina Pereira João Duarte comunicaram que por razões de ordem profissional não podiam comparecer estando presentes em sua substituição os Deputados Municipal Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa. -----

-----Sendo a 1ª vez que Afonso Manuel Cardoso Pessoa comparecia nesta AMS, foi verificada a identidade e respetiva legitimidade, e declarado como investido nas suas funções de Deputado Municipal passando a participar nos trabalhos. Em nome da AMS, a Presidente da AMS desejou ao novo Deputado votos de um bom trabalho.-----

-----Após perguntar se havia alguma questão relativamente ao expediente e não tendo havido nenhum pedido de esclarecimento, a Presidente da AMS passou a informar que hoje se realizava a segunda reunião da sessão de abril ocorrida no passado dia 20 e que, tinham transitado dois pontos da ordem de Trabalhos para a sessão de hoje, nomeadamente a “Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança” e o “Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017”.-----

-----Fez o convite a todos os presentes para comparecer na 15ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens com o tema: “PATRIMÓNIO, CULTURA, FUTURO – A Noss@ Identidade Cultural”, a realizar no dia 28 de abril, pelas 15 horas, no Castelo de Sesimbra. Referiu que este Projeto envolvia jovens e professores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra e que este ano teria um tema duplamente importante não só para os para os jovens como para todos nós enquanto comunidade.-----

-----A Presidente da AMS declarou depois aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS**”, tendo sido cedida a palavra à **munícipe Susana Brites de Barros**, residente na Cotovia.-----

-----A munícipe começou por cumprimentar todos os presentes e disse que estava em representação do Agrupamento de Escolas de Sampaio e da Mega Associação denominada “APAES”. Referiu que iria falar do trânsito, situação bastante preocupante. Disse que havia 2.205 alunos no Agrupamento e que no momento das eleições, todas as forças políticas aqui presentes, haviam recebido um *email* relativamente às preocupações da APAES sobre as questões do trânsito. Disse que só haviam tido uma resposta e que pretendiam uma escola segura, de fácil acesso e de livre-trânsito, o que não se verificava neste momento e perguntou quais as resoluções da Autarquia para este problema. Outras das questões a colocar tinha a ver com a venda de droga dentro das instalações da Escola Secundária de Sampaio e ainda com a degradação do muro com 25 anos sem recuperação possível, com um orçamento de 80.000€ para a sua

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

reconstrução e que neste momento não havia qualquer resposta da DGEstE. -----

-----Disse ainda que esta situação permitia que os alunos que entrassem e saíssem da escola sempre que queriam. Abordou ainda a presença de amianto e disse que se há cerca de 25 anos a própria e ainda outros presentes tinham frequentado a escola com o amianto, os seus filhos viviam ainda a mesma situação. Apelou a que todos fossem sensíveis a este problema. -----

-----**A Presidente da AMS** esclareceu que estas questões deveriam ser colocadas directamente ao Presidente da Câmara, às quais responderia se assim o entendesse, com a intervenção dos Vereadores ou ainda, segundo o Regimento da Assembleia Municipal, com o contributo dos Deputados presentes. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes, a grande maioria que iria ser hoje instalada como membro do Conselho Municipal de Segurança, desejando um bom trabalho. Relativamente às questões de segurança nas escolas, disse que era sabido, da parte da CMS, nomeadamente ao nível do Conselho Municipal de Educação, tinha sido feito um acompanhamento e que havia um problema real da falta de efectivos da GNR no Programa “Escola Segura”, que acompanhava estas matérias. Fez ainda referência à articulação com o Vereador do Pelouro da Protecção Civil no sentido de haver mais efectivos para esta área que acumulava não apenas a Escola segura como também a protecção dos idosos e que por muito que a Autarquia quisesse resolver esta questão, não estava nas suas mãos. Referiu que há poucos dias tivera a oportunidade de conferenciar com o Diretor do Agrupamento sobre um conjunto de problemas associados à própria escola, nos quais se incluía a respetiva vedação que há mais de dez anos que era considerada pela Direção Geral de Estabelecimentos Escolares de Lisboa e Vale do Tejo como sendo essencial do ponto de vista da sua remodelação. O orçamento apresentado pelo Diretor rondava os 100.000€, o que poderia ser uma atualização mais recente deste valor mas a verdade era que não havia investimento nenhum nas Escolas Secundárias nem nas de 2º e 3º ciclo.-----

-----Disse que este caso não era único em Sesimbra, pois acontecia em outras partes do País e que não haveria respostas nos próximos tempos para as Escolas Michel Giacometti e Secundária de Sampaio e construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. Referiu que comentara hoje, no quadro do Conselho Metropolitano de Lisboa, que o processo de Transferência de Competências onde se incluíam as Escolas de 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário, seria uma grande dor de cabeça para a Autarquia. Disse que havia acordos com a Associação de Municípios, acordos com a Assembleia da República e até acordos interpartidários e não se sabia quais os que fundamentariam esta Transferência de Competências. O sabido era que no quadro da Educação, particularmente na conservação das escolas, aquilo que estava

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estabelecido era que a CMS receberia, por escola, 20.000€ anuais. -----

-----Este valor era manifestamente insuficiente e mais do que isso gastava a Autarquia numa escola de 1º ciclo com dimensões muito mais reduzidas. Salientou ainda que no quadro deste trabalho vindo a ser desenvolvido pela Associação de Municípios, no âmbito das suas funções de trabalho de articulação, parceria e concertação com o Governo, a Autarquia tinha os dados daquilo que haviam sido os encargos de 2016 com todas as áreas a transferir para o município de Sesimbra na área da Educação, um montante que rondava os 4 milhões de euros. Desse total, 3,7 milhões correspondiam a vencimentos de pessoal não docente e o remanescente correspondia à acção social escolar existente e que no âmbito da proposta, passaria para os municípios. A proposta concertada havia sido de 20.000€, valor claramente insuficiente, mas a verdade era que no ano de 2016, a média de investimento de conservação nas cinco escolas do Concelho, havia sido uma média de 8.000€. -----

-----O Presidente disse ainda que no Quadro de Transferência de Competências que a Câmara Municipal fazia para as Juntas de Freguesia manterem as escolas, o valor era superior a esse.-----

-----Informou que neste momento se haviam iniciado, e essa era a primeira ação no âmbito do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), que continha um conjunto de intervenções na criação de redes pedonais e que o primeiro circuito a ter início havia sido o da zona de Sampaio que compreendia a entrada junto à Cercizimbra até ao pavilhão de Sampaio, fazendo a articulação com a Escola Básica do Castelo e a ligação à própria Cotovia. Esta era uma preocupação e recordava que era uma das preocupações que o próprio tivera durante as suas funções enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Castelo ao nível da repavimentação das estradas pois não estavam nas melhores condições.

-----Referiu que o Executivo anterior da CMS havia apresentado um Projeto no ano de 2014, no qual se previa a regularização dos passeios em toda aquela zona, permitindo a existência de passeios por toda a área de modo a possibilitar a mobilidade entre todas as carreiras existentes na EN378 e EN379, para que os alunos pudessem ir para as escolas em segurança. Disse que haveria alguma alteração nos arruamentos do sentido de trânsito passando alguns a ser de sentido único. Tratava-se de uma zona onde se encontravam um conjunto de equipamentos educativos e havia uma série de contributos do Agrupamento a este Projeto. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que do ponto de vista da segurança, estava a ser criada a segurança dos peões com passeios, que neste momento não existiam na Rua dos Casais Ricos. Disse que o problema existente em frente às escolas iria continuar, pois não havia capacidade para criar um estacionamento devido à existência das habitações.-----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que o assunto trazido pela munícipe Susana Brites não era estranho, pois no anterior Mandato, a Assembleia Municipal havia reunido com todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra através da Comissão 3. Na Escola Secundária de Sampaio haviam sido detetadas estas mesmas situações das quais havia sido tomado nota e elaborados vários documentos endereçados ao Ministério da Educação manifestando as preocupações da AMS sobre o estado da Educação e dos equipamentos escolares do 2º e 3º ciclo do Concelho de Sesimbra. -----

-----Acrescentou que houvera a oportunidade de reunir com a Comissão de Educação onde estivera presente a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, a Vereadora do Pelouro da Educação, Felícia Costa, o próprio como Coordenador da Comissão 3 e os Diretores de Agrupamento e que aquando da transmissão à Assembleia da República, tinha sido entregue um relatório final elaborado pela Comissão “3” e apresentado na Assembleia Municipal com o levantamento exaustivo de todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Sesimbra com a referência a todos os problemas como equipamentos e falta de pessoal, entre outros. -----

-----Salientou que a AMS continuava preocupada e que este problema continuaria a ser defendido pela Comissão “3”, o Presidente da Câmara já muito havia dito sobre esta matéria e a descentralização de competências era uma preocupação que todos deveriam ter e deveria ser lembrada a forma como o Concelho de Sesimbra herdara o “Parque Escolar”. -----

-----A **Presidente da AMS** informou que segundo o ponto 8 do artigo 36º do Regimento, dedicado ao Período de Intervenção dos Cidadãos, os Deputados também poderiam intervir, se assim o entendessem, para além do Presidente da Câmara e Vereadores. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que ainda não tinha sequer uma semana a criação de uma Comissão Permanente da AMS que iria dedicar-se a assuntos como transportes, mobilidades e acessibilidades, da qual seria Coordenador. -----

-----Assegurou que esta Comissão iria prestar muita atenção e solicitou que lhe chegasse, por via formal ou até informal, qualquer informação que pudesse ser útil para a elaboração de alguma consideração sobre esta matéria e realçou a participação do Deputado Rui João Rodrigues, Coordenação da Comissão “3” e que também faria parte da Comissão “6”. Seria dada atenção a este assunto com os esclarecimentos dados pela Câmara Municipal e que o mínimo que poderia ser feito seria torná-los o mais visível possível. -----

-----Relativamente à questão do amianto, disse perceber a preocupação mas que a primeira posição

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

de prudência seria não mexer em nada, pois a questão de obras que envolvesse a remoção de amianto implicaria o encerramento da escola. Um processo de remoção tinha normas de segurança que não permitiam a presença de funcionários na escola e seria um processo complicado uma vez que implicava encerramento total da escola.-----

-----A **Presidente da AMS** descreveu as Comissões da Assembleia Municipal e respetivos Coordenadores. Não havendo mais intervenções, foi dado início ao ponto 5 da Ordem do Dia, **“Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança”**.-----

-----A Presidente referiu que o Conselho Municipal de Segurança tinha de funcionar de acordo com um Quadro Legal que definia as funções, competências, constituição e composição ao longo do Mandato ou sempre que se justificasse dada a alteração desse mesmo Quadro Legal. De acordo com a Lei nº 106/2015 de 25 de agosto, foram criadas algumas alterações significativas não só quanto à sua composição mas também quanto à sua competência. Havia uma situação diferenciadora dos restantes Regulamentos que era o facto da Assembleia Municipal elaborar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança em cooperação com a Câmara Municipal na pessoa do Vereador Francisco Luís, que em função desta cooperação e também com o parecer jurídico da CMS, ter sido aprovado na recente sessão realizada no passado dia 20 de abril. Hoje dar-se-ia posse aos membros descritos na respetiva listagem do Conselho Municipal de Segurança. Porém, seria na primeira reunião, que seria feita a “leitura crítica” deste Regulamento Provisório, o qual merecia respetivas correções para que depois do seu Parecer, fosse de novo trazida à Assembleia Municipal para a sua aprovação definitiva. Após este esclarecimento, o **Primeiro Secretário da Mesa da AMS, João Narciso**, fez a leitura da respetiva ata de instalação que se anexa à presente ata (Anexo 1).-----

-----A **Presidente da AMS** agradeceu a colaboração e expressou a todos os que constituíam o Conselho Municipal de Segurança, os votos de um bom trabalho, a bem do Concelho e das populações deste município.-----

-----O **Presidente da CMS** reiterou as palavras da Presidente da Assembleia Municipal em nome do Executivo da Câmara Municipal de Sesimbra e desejou um bom trabalho a todos os que tinham sido instalados na Comissão Municipal de Segurança e que não seria fácil agregar tantas opiniões mas que era bem representativa não apenas daquilo que era o plano de todas as forças de segurança com responsabilidades e competências nesta matéria mas também de toda a sociedade sesimbrense nas mais diversas áreas, sejam cultural, social ou política, que de certa forma seria o garante de que a opinião generalizada, que era também o desejo da CMS, pudesse ser a mais concertada possível naquilo que era a

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

garantia da melhor segurança possível para o território do município de Sesimbra e para a satisfação das necessidades dos cidadãos.-----

-----A **Presidente da AMS** deu início ao Ponto 6 **“Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017”**.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS**, que disse que aquando da reunião das respectivas Comissões, havia sido feito um conjunto de explanação sobre aquilo que era o Relatório de Gestão de 2017 com a oportunidade de responder às questões levantadas. Referiu três aspetos fundamentais e o primeiro tinha a ver com a execução orçamental realizada no ano de 2017, no valor de 45 milhões de euros. Disse que 92,1% era a melhor execução orçamental do ponto de vista da receita dos últimos anos, significando que havia uma clara perceção por parte da Câmara Municipal, nomeadamente do Departamento de Administração e Finanças daquilo que era a estrutura de receitas da Autarquia de uma forma consolidada, sustentável e o perfeito conhecimento desta própria estrutura.-----

-----Ao nível das despesas, as contas de 2017 revelaram um valor de 44.709 milhões de euros, com despesas pagas e um saldo de 1,2 milhões de euros, um conjunto de 2,9 milhões de euros de compromissos assumidos e não pagos. -----

-----No âmbito das GOPS, salientou a execução de 82,62% dos 20 milhões de euros inicialmente previstos, no valor de 17 milhões de euros. No âmbito da estrutura, quer da receita, quer da despesa, fez relevância a alguns aspetos e disse que no quadro da receita houvera um valor que não tinha sido atingido, nomeadamente ao nível das receitas de capital onde se previa alguma execução, quer física, quer financeira de um conjunto de projetos, nomeadamente do Portugal 2020 que não se vieram a verificar. Em sentido contrário, também na receita, no IMT, pela conjuntura e a retoma do setor imobiliário, havia-se revelado superior áquilo que estava inicialmente previsto, sendo que, os cálculos feitos no quadro da estrutura de receita cumpriam aquilo que estava previsto na Lei de Finanças Locais, não eram números apontados de estimativas, tendo em conta aquilo que se perspectivava do ponto de vista da conjuntura, os cálculos tinham de ser efectuados com base naquilo que eram as receitas e médias dos anos anteriores e inscritas no orçamento provisional.-----

-----No quadro da dívida, realçou uma dívida total que realçava um total de 19 milhões de euros, também em linha com o decréscimo dos últimos anos que descera de 32 milhões de euros em cinco anos, o que significava que houvera um grande trabalho de contenção financeira por parte da Autarquia sem ter posto em causa aquilo que eram as suas funções, atribuições e resultados em termos do Plano de

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Atividade, dos quais cerca de 16 milhões de euros eram de médio/longo prazo, onde se incluía a dívida do PAEL contraída pela CMS e que estimava vir a negociar com base numa boa gestão daquilo que era a taxa de juros existente na Banca comercial.-----

-----No âmbito do Plano de Atividades, aquilo que se verificara, tirando as questões dos Projetos, nomeadamente os financiados do Portugal 2020 iniciados em 2017 em número inferior ao que estava inicialmente previsto, tendo grande parte dessa execução caído já no ano de 2018. Verificou-se a construção do Parque Augusto Pólvora, o Parque do Pinheiro, a abertura do CAIES, e um conjunto de outras actividades. Embora não tivesse havido esta execução, todos os Projetos, nomeadamente os que tinham levado às Candidaturas, algumas já iniciadas e outras a ser lançadas no decorrer do ano 2018, haviam sido elaborados durante o ano 2016 e 2017.-----

-----Salientou a assinatura dos contratos para a construção do novo Centro de Saúde, do novo Tribunal e também para a reconversão e ampliação da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho. Ao nível do pessoal, o município fechara o ano com 879 funcionários e com abertura de 60 procedimentos concursais. Alguns foram concluídos em 2017 mas a grande maioria transitaria para o ano de 2018.-----

-----Referiu que o prazo médio de pagamentos a fornecedores se havia fixado nos 28 dias no final do ano e que neste primeiro trimestre de 2018 era inferior a esse número.-----

-----Informou que a CMS já tinha o Parecer do Revisor Oficial de Contas e sugeriu a aprovação das contas da CMS face áquilo que eram os números e a boa execução durante o ano de 2017.-----

-----A **Presidente da AMS** informou que quando se tratava de documentos estruturantes para o Concelho como as GOPS, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais como também outros Planos já presentes nesta Assembleia, a metodologia era de que os mesmos fossem apresentados e debatidos com todas as Comissões. Este processo foi igualmente presente numa reunião que decorrera com todos os Deputados das respetivas Comissões, realizada no passado dia 18 de abril e que contou com a presença do Presidente da Câmara, do Vereador José Polido, do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, Dr. Aníbal Sardinha, do Chefe de Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património, Dr. Leonildo Cachão, da Dra. Graça Candeias e do Dr. António Mendonça, e da coordenadora técnica da Unidade de Património Imobiliário, Catarina Fernandes.-----

-----Assim que foi presente o Relatório das Conclusões/Recomendações da Auditoria, o mesmo foi rapidamente enviado para todos os Deputados. Perguntou ainda a opinião dos Deputados relativamente a esta metodologia, uma vez que o Regimento não configurava nenhum tempo definido em termos do

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Inventário mas tinha sido acordado que haveria 10 minutos para cada Grupo Político para a Atividade Municipal. Esta metodologia poderia ser consensualizada entre todos.-----

-----A opinião de todos os Líderes de Bancada dos Grupos Municipais foi de que não havia qualquer inconveniente em manter esta metodologia.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que para quem estava habituado à complexidade da natureza, a complexidade do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017, “batia” tudo aos pontos e era desumano conseguir ler estes documentos. Para além da chegada tardia de alguns destes documentos, houve um que tinha sido colocado na PAMS e que era relativo a modificações ao PPI e era em formato de imagem que nem sequer dava para editar, copiar ou pesquisar. O Deputado disse ter tomado nota de alguns aspetos da intervenção do Presidente da Câmara e confessou que para si havia alguns mistérios nesta questão mas que com o tempo conseguiria apreender melhor a forma como estas coisas funcionavam. -----

-----Referiu que olhando com algum detalhe para a execução e para o documento referente à matéria do PPI, algumas destas questões até teriam uma resposta simples e direta, o que era absolutamente aceitável. Noutras questões era dada a ideia de que se tratava de questões de opção. Na verdade, algumas rúbricas, objetivos e programas que tinham taxas muito baixas significavam “zero”. Se algumas destas rúbricas teriam dependência desse tipo de financiamento, outras deixavam alguma hesitação tendo em consideração que tinha sido o melhor ano em termos de contas com um saldo positivo muito apreciável com um valor substancial e que provavelmente mereceria que algumas destas taxas de execução pudessem ter sido mais levantadas. -----

-----O Deputado fez referência ao geo-circuito e equipamento básico que tinha apenas 100€ cabimentados para o ano de 2017, com um orçamento de 9.100€ mas com 0% de execução. Relativamente ao Planeamento Urbanístico, disse que a avaliação ambiental no âmbito dos PMOTS (Planos Municipais de Ordenamento do Território), tinha um cabimento de apenas 300€ com 0% de execução mas ainda assim existiam algumas rúbricas com valores substancialmente maiores como o saneamento e salubridade mo Zambujal e Aiana com 100.000€ cabimentados com 0% de execução, a água e recursos hídricos, condutas do Casalão, Feijão e Sesimbra tinham um total de cabimentação de quase 60.000€ e 0% de execução. Houve outros pormenores como as Hortas de Sampaio, cujo pormenor do Projeto desconhecia mas que tinha quase 50.000€ de cabimento para 2017 e 0% de execução. O calçamento de passeios tinha cabimentado 32.000€ e tivera 5,7% de execução. A reabilitação viária nas

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

três freguesias do Concelho havia tido 21%, 20% e 40% de execução nas freguesias do Castelo, Quinta do Conde e Santiago, respetivamente. Disse que este valor era significativo mas não conseguia ter a ideia se era tudo o que tinha sido possível ou se houvera margem para fazer mais.-----

-----Relativamente ao Parque Augusto Pólvora e outros espaços verdes tinha 40.000€ cabimentados mas 0% de execução. Referiu que houvera uma taxa de execução de quase 100% (98,19%) nas Opções Participadas mas sem qualquer valor registado par os anos seguintes. Poderia ainda não estar planeado ou significava que as Opções Participadas iriam terminar. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Valente** que disse concordar que estes documentos não eram fáceis de consultar e recordou que existira uma reunião com todas as Comissões onde tinha sido possível colocar questões ao Executivo, o que facilitava a análise aos documentos enviados. -----

-----Relativamente à Prestação de Contas de 2017, disse que os eleitos da CDU tinham de enaltecer e valorizar o trabalho realizado pelo anterior e atual Executivo que durante o ano de 2017 tivera um rigor na utilização de todos os meios financeiros ao dispor da Autarquia. -----

-----Disse que a redução da dívida no valor global de 2,1 milhões de euros comparativamente ao ano de 2016, era revelador do efetivo trabalho realizado. A redução da dívida global no Mandato 2013/2017 reduzira 8,6 milhões de euros, ou seja, 31%. Em 2012, esta mesma dívida situava-se nos 34 milhões de euros e no final do ano passado, este valor era de 19 milhões de euros. Salientou a redução do prazo médio de pagamento para os 38 dias, comparativamente com os de 2012 que se situavam nos 340 dias.

-----Ao mesmo tempo, foi concretizado um conjunto de investimentos, já referidos pelo Executivo, com um total de investimento a envolver verbas perto dos 7 milhões de euros, um montante superior comparativamente a 2016 em 36%. Referiu ainda que em algumas destas realizações, o Município se tinha substituído ao Estado, já que hoje, durante o período aberto ao público, havia sido referido que era habitual esta situação acontecer com o município de Sesimbra nos investimentos que eram da competência do Estado. -----

-----Disse que apesar da redução da dívida, a concretização dos investimentos programados, a satisfação dos encargos fixos da estrutura dos serviços municipais, o cumprimento do serviço da dívida, a manutenção das infra-estruturas, Património, equipamentos básicos, os apoios da área social e o associativismo, entre outros, não deixaram de ser realizados. Referiu que este enorme esforço financeiro exigido à Autarquia no valor de vários milhões de euros havia sido conseguido principalmente através da obtenção de receitas próprias, ou seja, o valor que vinha da Administração Central rondava os 250.000€.

-----O Deputado disse que se deveria destacar que a CMS não dependia destas transferências do

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Estado, ao contrário de outras Câmaras Municipais. Por isso, deveria referir-se que estas realizações haviam contribuído para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida de quem vivia e visitava o Concelho.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que na última reunião das Comissões houvera a oportunidade de fazer um pedido adicional de informação relativo às previsões, nomeadamente da antiguidade dos débitos e previsões associadas. A informação recebida estava incompleta e não correspondia ao solicitado. Apelou a que para o próximo ano, essa informação fosse dada aquando da análise de Contas de 2018.-----

-----Disse ainda que durante o período nesta Assembleia, se tinha vindo a aperceber que uma coisa era o Orçamento e a outra eram as Contas. No momento do Orçamento, cada Grupo Municipal tinha a sua ideia política em função daquilo que defendera nas eleições e as Contas iriam refletir a “fotografia” da Instituição ao final do ano, pois independentemente de quem executava, a análise era feita em relação ao estado das finanças da Câmara Municipal. Era evidente que esta “fotografia” evoluíra positivamente ao longo destes últimos anos, bem como do ano passado para este ano.-----

-----Tal como o Presidente da Câmara dissera, a saúde das Contas era reflectida nos 82% da execução da receita. Neste sentido, o Grupo Municipal do MSU votaria favoravelmente o Relatório de Contas.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Luísa Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e disse que a gestão autárquica tinha a ver com opções de política económica e que se falava apenas de finanças. Nas opções de política económica tinha de haver uma gestão de duas partes denominada a relação de equidade e eficiência. Tinha estado a falar-se da eficiência mas a Deputada gostaria que fosse feita uma abordagem à equidade. Disse que um prazer registar que tinha havido um aumento de receitas mas que este aumento não se repercutira numa rede de distribuição dessas mais-valias pela população, nomeadamente através do sugerido pelo PS e votado na Assembleia, que seria a redução do IMI.-----

-----Salientou que conforme a bancada do Partido Socialista referira, tinha havido a possibilidade de se ter baixado o valor do IMI e não só era importante a eficiência como também a equidade e que não houvesse um conflito entre as duas partes. Questionou o porquê de não distribuir a riqueza pela população quando ela existia. Disse que a outra questão a colocar não era tão política mas mais operacional e referente a uma área importante para todas as economias locais, o empreendedorismo e a criação do Centro de Apoio à Incubação de Empresas. Estava referida a existência de despesas com a instalação deste equipamento e a Deputada gostaria de saber quantas empresas estavam incubadas, se eram inovadoras, quais as suas características, se se tratava de um espaço de incubação ou de *co-working*

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e como seria a evolução deste Projeto neste sentido. Deixou ainda o desafio de se calcular o efeito multiplicador para a economia local e de haver mais recursos técnicos no âmbito da Câmara para calcular este tipo de situações, uma vez que era importante que fosse feita uma análise do custo/benefício do dinheiro público gasto aquando de um investimento.-----

-----Para terminar, a Deputada disse que em relação ao Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo se falara nas ações implementadas mas no entanto, não conseguira identificar quais tinham sido e que gostaria de as conhecer e ainda se existia algum relatório anual de implementação deste Plano. ---

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e referiu que houvera documentos a dar entrada fora de horas como o Relatório do Auditor, a não existência de registos de interesses, um Regimento da Assembleia Municipal que pudesse ser alterado por uma maioria simples, a ausência de regras de proporcionalidade que era uma pedra base da democracia portuguesa. A qualidade da democracia em Sesimbra não era tão grande quanto aquela que deveria ser, pois celebrar Abril num dia e nos dias seguintes ter-se esta realidade que no seu entender, ainda um jovem, queria melhor democracia na sua terra e esperava que no futuro se pudesse trabalhar para qua a qualidade desta democracia melhorasse.-----

-----Em seguida, focou questões referentes ao Relatório do Auditor e uma vez que os bens não estavam valorizados, perguntou se havia alguma ideia desta valorização e se esta mesma ausência teria tido impactos nos financiamentos pedidos à Banca, ou seja, com a existência da valorização destes bens, a situação patrimonial da Autarquia poderia eventualmente ser diferente e a taxa de juro não poderia ser ainda menor do que aquilo que tinha sido?-----

-----Relativamente aos 4,78 milhões de euros de dívida incobráveis, perguntou se a CMS tinha a ideia de quanto previa recuperar e que parte destas dívidas era referente à população carenciada do Concelho e se existia algum tipo de Plano relativamente a esta mesma população. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que a qualidade da democracia desta Assembleia não era na proporção da presença dos Deputados e dos Grupos Políticos mas sim em presença do valor que representava pela população do Concelho. Tratava-se de uma questão de equidade democrática e não de proporcionalidade democrática. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que não iria falar sobre o Relatório de Contas e que já não havia sido a primeira vez que ouvia falar sobre a proporcionalidade nesta Assembleia Municipal. -----

-----A Presidente da AMS disse que se houvesse ainda intervenções sobre esta matéria, considerava

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

útil que esta questão continuasse a ser debatida e que após este debate, seria dada de novo a palavra para que pudesse falar relativamente a esta matéria.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e disse que era a segunda vez que se dirigiria ao Deputado João Pólvora, que tentara dar lições de democracia após o 25 de Abril. O Deputado recomendou-lhe alguma leitura para saber os 97 anos que faziam parte de uma força da CDU e o seu historial pela luta e democracia. Referiu que teria de se perder um pouco de tempo nesta matéria pois seria importante para os jovens e não aceitava lições sobre transparência tal como respeitava lições que lhe quisessem ser dadas e impor sobre democracia e liberdade. Salientou que havia um histórico e poderia falar-se de assassínio, de morte e de tortura.-----

-----Relativamente ao documento, o Deputado disse que ouvira com atenção a bancada do PS e concluíra que o Partido Socialista votaria favoravelmente este documento. Um documento com este conjunto de realizações ao focar-se apenas nestes aspetos, era um sinal positivo. Disse que considerava muito importante a utilização do voto contra.-----

-----Relativamente à análise ao documento, disse que o Deputado João Valente havia abordado, entre outros aspetos, a situação da dívida da Autarquia, os investimentos, os Projetos e as obras realizadas. Referiu que era da mais elementar justiça salientar os resultados obtidos em 2017, nomeadamente nas rubricas da receita, da despesa e da redução da dívida, que era do conhecimento de todos os presentes.

-----Estes resultados permitiram ao município de Sesimbra atingir uma situação financeira equilibrada, fruto do rigor na utilização dos meios financeiros ao dispor da Autarquia. Salientou que apesar dos bons resultados verificados, seria muito provável que um ou outro Grupo Político representado votasse contra o documento de Prestação de Contas de 2017. Se a dívida é reduzida, o voto é contra, se a dívida aumenta, o voto é igualmente contra, em caso de investimento e realização de obras, o voto é contra e em caso contrário, também é contra. Questionou o que levava esse/esses Grupos Políticos a votar contra este documento. Se estavam contra a redução sustentada da dívida que se verificara em 2017 e em anos anteriores, se estavam contra os investimentos, obras realizadas e Projetos concluídos ou se votavam contra por não terem sido os próprios a elaborar o documento.-----

-----Se no documento, o município apresentasse uma dívida bastante inferior à atual e com o dobro ou com o triplo dos investimentos e obras realizadas, muito provavelmente não faltaria o já habitual voto contra.-----

-----No entender da CDU, existiam razões e motivações diversas entre os que votavam contra, sendo algumas comuns a todos e outras não. Para alguns, o principal critério utilizado na definição e decisão no

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

seu modo de votação não era tendo em consideração o conteúdo do documento, os seus resultados, o seu rigor, a sua qualidade e os seus méritos. Os seus principais critérios chamavam-se “CDU”, ou seja, para alguns, o seu voto contra tinha na sua génese uma matriz marcadamente politico-ideológica, onde predominava o conceito político relativamente à CDU, independentemente dos resultados e méritos dos documentos. Foram ouvidos os mais variados argumentos no sentido de tentar justificar o injustificável. Disse ser lamentável que assim fosse mas como diz o povo: *“As ações ficam para quem as pratica”*. -----

-----A **Presidente da AMS** informou que a bancada da CDU já tinha utilizado cerca de dez minutos, a bancada do Partido Socialista utilizara treze minutos e a bancada do MSU havia utilizado três minutos. --

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse ter havido uma declaração do Deputado João Pólvora que não poderia deixar passar em claro na qual dissera que era um jovem e que só por esse motivo é que se poderia perdoar a sua intervenção quando dizia que em Sesimbra a qualidade da democracia não era assim tão grande. Disse ao Deputado que no ano de 2002, uma munícipe viera à Assembleia Municipal apresentar um problema de uma escola e nessa altura aconteceu uma atitude democrática linda e fascinante em que houve um Deputado do PS que se levantou para agredir a senhora. Esta havia sido uma atitude democrática de ouvir uma crítica. -----

-----Relativamente ao documento, o Deputado disse que considerando que no passado dia 18 de abril se havia efetuado uma reunião conjunta das comissões na qual as questões colocadas pelos Deputados haviam sido esclarecidas por parte do Sr. Presidente da CMS e do Vereador das Finanças, o Grupo Municipal do PPD/PSD entendia que hoje não deveria voltar a formular perguntas ao Executivo, somente para que fique gravada a sua participação no debate. O PPD/PSD fizera uma análise objetiva sobre o Relatório de Contas referente ao ano de 2017, último do Mandato 2013/2017 e iria continuar a ser o PPD/PSD com intervenção vertical, frontal e coerente, sem malabarismos e do “tudo-vale” na política. --

-----Referiu que após a apresentação de todos os documentos enviados e analisados queria destacar o famoso PAEL, instrumento colocado à disposição pelo anterior Governo PPD/PSD às Autarquias e que Sesimbra, e muito bem, aderira, não por uma questão estrutural mas sim por uma questão conjuntural e que estava a ser pago religiosamente até aos dias de hoje e que o Executivo ponderava contrair um empréstimo para antecipar a sua liquidação. Disse que estava a ser cumprido o pagamento do FAM (Fundo de Apoio Municipal) que em 2017 se cifrara perto de 250.000€. -----

-----Salientou que se estava à espera que o Governo Socialista anulasse esta medida porque no tempo do PPD/PSD eram contra, assim como também se esperava que o atual Governo baixasse o IVA da electricidade pública paga pelo município. -----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Deputado aproveitou a oportunidade de falar do FAM para solicitar ao Executivo que informasse qual o valor pago até este momento pela Autarquia e ainda à Senhora Presidente da Assembleia que obtivesse a informação dos municípios que já tinham solicitado este apoio e os respetivos montantes. -----

-----Disse que a Autarquia tinha recebido do Estado um investimento de 212.000€, valor muito inferior ao recebido da derrama (320.000€) e não deveria ser esquecido que a derrama era um imposto que incidia somente sobre as empresas do Concelho que tivessem obtido lucros e não sobre todas as empresas. Deveria ter-se uma palavra de apreço e reconhecimento sobre as empresas do Concelho porque muitas delas eram a alavanca do desenvolvimento concelhio e de uma ou de outra forma o apoio ao Movimento Associativo. Informou que o Grupo Político do PPD/PSD iria apresentar em breve uma iniciativa sobre esta matéria.-----

-----Disse que se podia concluir que a Autarquia de Sesimbra tinha as suas contas equilibradas e que perante este cenário, considerado bastante positivo, seria o momento de se falar em opções e o PPD/PSD divergia e tinha opções, reconhecendo que estava haver um investimento mas que se podia incrementar e aproveitar mais a boa saúde financeira do Concelho. Disse que era urgente um espaço cultural e uma biblioteca na Quinta do Conde e que se soubera na passada Assembleia Municipal que a Escola do Conde 2 iria ser construída em duas fases: na primeira fase a escola e posteriormente o Auditório. -----

-----Referiu que teria de se incentivar a criação de uma extensão da Loja do Cidadão por forma a colmatar a dificuldade que os munícipes daquela freguesia tinham em deslocar-se à sede do Concelho, ponderar a criação de um cemitério/crematório para animais, desenvolver a possibilidade de construção de uma Escola Profissional na Quinta do Conde e fixar os jovens daquela freguesia ao nosso Concelho, negociar com os operadores de transportes públicos a criação de carreiras urbanas em toda a freguesia da Quinta do Conde não esquecendo o Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas, exigir o melhoramento da sinalética interna e externa de acesso ao Concelho de Sesimbra. Salientou que era urgente iniciar uma campanha de sensibilização para a não colocação de lixo fora dos locais indicados e por fim mas não menos importante, continuar a exigir ao Governo que cumprisse com a promessa da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. -----

-----Em relação à freguesia de Santiago, salientou a necessidade da construção de um jardim com parque infantil na mata de Sesimbra, efectuar uma campanha de sensibilização junto dos comerciantes para o não despejo de lixo fora dos contentores e *moloks*, a reparação urgente dos passeios, exigir ao Governo o cumprimento do acordo celebrado com o anterior Governo do PPD/PSD em relação à

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

construção do Centro de Saúde de Santiago. -----

-----Relativamente à freguesia do Castelo, salientou a necessidade de se construir parques infantis. -

-----Disse também que teria de se dar início à negociação e requalificação do Parque de Campismo do Forte do Cavalo, espaço este, que em seu entender, deveria ser um dos *ex-libris* desta freguesia. Referiu que era urgente a construção de passeios pedonais subjacentes a via pública, que se deveria dar início a um plano de reestruturação e ordenamento da rede pedonal e viária e que deveria ter-se uma maior programação cultural nesta freguesia. -----

-----Resumindo, disse que o pretendido seria recomendar e incentivar a Câmara Municipal que era necessário uma maior preocupação no Concelho em termos de higiene urbana, cultural e ambiental pretendendo-se assim uma maior relação entre a Autarquia e os seus munícipes. -----

-----Referiu que o Executivo, também democraticamente, deveria reconhecer que o resultado obtido nas Contas se devia em parte, às políticas praticadas pelo anterior Governo do PPD/PSD na limitação da contratação de pessoal e com o limite do endividamento por parte dos munícipes.-----

-----O Deputado deixou uma palavra especial de agradecimento à equipa do Departamento de Contabilidade da CMS. Disse que havia sido dito várias vezes na Assembleia Municipal que sendo a Câmara Municipal de maioria CDU, tinha uma gestão social-democrata e não se cansava de o dizer mais uma vez. No passado, referenciou que se tinha uma Maria Luís Albuquerque e um Vitor Gaspar à frente do Gabinete de Contabilidade e não se enganara. Havia que reconhecer hoje que acabava aqui a “Gestão Augusto Pólvora” e a ele, independentemente da sua cor política, também se deveria ter uma palavra de apreço para que hoje se tivesse estes resultados.-----

-----Disse que ao finalizar o exercício de 2017, a CMS apraz registar que a imagem de qualidade e rigor era generalizadamente reconhecida, a qual se devia ao esforço, dedicação e competência dos seus trabalhadores, de todo o Executivo e de todos os munícipes e assim, 2018 apresentava-se em pleno para novos desafios, por esse motivo, o futuro ser encarado com determinação e confiança, não obstante de hoje se ter referenciado alguns aspetos que para o PPD/PSD eram fundamentais para que a Autarquia continuasse a melhorar as condições de vida dos seus munícipes. O Deputado disse que a bancada do PSD, iria votar favoravelmente a Prestação de Contas referente ao Exercício do ano de 2017 de uma forma coerente e responsável. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que disse que o Bloco de Esquerda não punha a Execução nem as Contas apresentadas pelo Executivo em causa e informou que o seu voto seria contra, tal como na questão das GOPS, principalmente por ter outras propostas e opções sobre o caminho a

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

seguir para um melhor desenvolvimento do Concelho, o qual continuaria a defender, não deixando de parte que se poderia continuar a tentar encontrar consensos sobre áreas bastante importantes que não tinham sido muito melhorados como a questão do ambiente, da inclusão social e da mobilidade, entre outros. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que a sua intervenção não se prendia com o assunto que se estava a debater mas sim com a intervenção do Deputado João Pólvora. Disse não saber se a bancada do Partido Socialista se revia neste tipo de intervenções mas julgava que não, pois conhecia pessoas da bancada e muitas pessoas desse Partido das quais era amigo e duvidava que se revissem neste tipo de intervenção, nomeadamente quando se dizia que havia uma tentativa de silenciamento aos elementos do PS por parte da Assembleia Municipal. O Deputado disse que ninguém era impedido de fazer as suas intervenções nesta Assembleia. Questionou o Deputado João Pólvora se queria calar a bancada do MSU, do PSD ou do BE e se os tempos de intervenção fossem Regimentalmente proporcionais. Referiu que a CDU nunca o quisera e poderia fazê-lo porque tinha a maioria na Assembleia Municipal e poderia Regimentar os tempos de intervenção e a bancada do PS teria metade do tempo de intervenção da bancada da CDU mas essa não era a democracia da CDU da qual muitas vezes o PCP e os Verdes eram acusados de ser antidemocráticos. Para concluir, disse que nesta Assembleia Municipal sempre houvera democracia e deveria continuar a existir. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que a bancada da CDU já havia ultrapassado em muito o tempo que estava previamente previsto para o ponto em discussão, embora fosse reconhecido que havia sempre uma tentativa de debate entre bancadas fugindo um pouco áquilo que era a questão inicial. -----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mesquita** que disse que iria direccionar uma questão ao Deputado José Braga, pois admirava-se pelo facto da CDU saber, de alguma forma, o sentido de voto da bancada do PS. Disse que avaliando o documento lido pelo Deputado, já escrito de casa, diria que tinha relações muito privilegiadas no PS. Por outro lado, o Grupo Municipal não estava a condenar nem a criticar a execução técnica, apenas se referiam ao fator político, que efectivamente os separava e dividia em termos de uma visão mais abrangente ou mais alargada no que dizia respeito às normais expetativas da população. -----

-----Relativamente ao documento e já que o mesmo tinha como base a execução das GOPS e Orçamento da CMS para o ano de 2017, referiu que era um facto que no ano passado e de uma forma recente, o PS concordara com algumas das opções e como era natural, discordara de outras que haviam sido tomadas nessa altura. -----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Considerando a atual situação financeira da Câmara, que se caracterizava de grande equilíbrio, no entender do Grupo Municipal do PS deveriam ter sido consideradas outras opções do ponto de vista fiscal. Era exemplo as posições defendidas pelo PCP e pelos Verdes na Assembleia da República, em que defendiam sistematicamente o alívio fiscal no Plano de impostos e taxas cobradas à população. Outra das matérias que reportava ao ano de 2017 era o facto de se verificar o agravamento de oferta em alguns serviços, nomeadamente nas questões do abastecimento de água onde se registavam falhas com alguma regularidade na freguesia do Castelo, na própria recolha de resíduos sólidos urbanos e a conaquentes falha na limpeza de contentores. -----

-----Referiu que o PS nada tinha a opor em termos técnicos à distribuição e aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2017, ao qual havia votado favoravelmente, o que não acontecia do ponto de vista político, considerando que havia uma visão diferente sobre determinados pontos, o que levava a não votar favoravelmente este documento.-----

-----Foi cedida a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes**, que cumprimentou todos os presentes e disse ao Deputado Lobo da Silva que a Cultura era um conceito muito lato e que a Junta de Freguesia do Castelo tinha um Programa Cultural em todas as áreas como música, poesia, desporto, património, visitas, diário semanal e alguns Projetos ainda do anterior Executivo e que iriam ser mantidos dada a afluência existente e a vontade dos próprios munícipes para que essas iniciativas continuassem a realizar-se. Referiu ainda o apoio ao Movimento Associativo em todas as iniciativas culturais que tinham vindo a surgir e novos ciclos de iniciativas culturais que estavam a ser preparados.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que quando o PSD falara que teria de haver uma maior programação cultural não visava a programação cultural que a Junta de Freguesia tinha e fazia. Referiu que entendia que a CMS deveria também ir fazer eventos no Castelo e deu como exemplo, elogiando até, o espetáculo do artista “Camané” na noite do 25 de Abril, na Fortaleza de Santiago e que a possibilidade da realização destes espetáculos poderia ser alargada à freguesia do Castelo. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que começou por dizer que o que esta Assembleia estava hoje a votar e não aprovar, porque não poderia fazer uma coisa que já havia sido feita, era o exercício das Grandes Opções do Plano, do Orçamento e do Inventário do ano de 2017. No final do ano passado, foram votadas as GOPS onde se incluía a estratégia e as prioridades que o Executivo independentemente de concordar ou não com elas, pretendia pôr em prática do ponto de vista até previsional no respectivo ano

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

económico. Se a CMS conseguisse fazer esta extrapolação que era discordar daquilo que seria o Plano de Estratégia e as Atividades da Câmara Municipal por haver outras opções para o Concelho, o Presidente deduziria que, contrariando aquilo que havia sido dito pelo Deputado Pedro Mesquita, que seria impossível o PS votar favoravelmente o Relatório de Contas do próximo ano porque votara contra o Plano de Atividades porque não refletia a sua estratégia.-----

-----Aquilo que se votava era se o exercício do ano 2017 havia sido cumprido em função daquilo que tinha sido prometido e compromissado ou não.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, o Presidente esclareceu que as GOPS não se podiam medir por rúbrica a rúbrica. Quando a CMS fazia as GOPS, colocava e escrevia nas respetivas rúbricas aquilo que era a sua previsão de execução durante aquele ano sem prejuízo de criar um conjunto significativo de rúbricas até com um valor reduzido que lhe permitisse, de certa forma, ao longo do ano, poder fazer alterações orçamentais em função daquilo que podia ser a evolução das Candidaturas, a execução física do conjunto de Projetos e as necessidades que eventualmente pudessem surgir. O Presidente identificou uma e questionou onde é que estava identificado nas GOPS para 2018, o montante para fazer uma intervenção de 300.000€ ou 400.000€ na marginal de Sesimbra, valor que não estava previsto e que teria de ser retirado de outras rúbricas que provavelmente teriam de ficar por fazer para incluir nesse mesmo valor. Referiu que a Autarquia tinha rúbricas de 50€ e 100€ até no próximo orçamento, senão, cada vez que fosse necessário fazer esta alteração, ter-se-ia de vir à Assembleia Municipal criar uma rúbrica das GOPS.-----

-----Aquilo que poderia ser olhado era que no quadro de toda a execução orçamental das GOPS se tinha que na área da Educação a CMS tinha previsto gastar 2.389 milhões de euros e apenas gastara 2.210 milhões de euros, ou seja, 92,5%. Na rúbrica de Ação Social e Saúde a Câmara executara 50% daquilo que estava previsto e na rúbrica da Defesa do Meio Ambiente que tinha um conjunto de áreas não apenas na área ambiental mas também dos jardins e espaços verdes onde tivera uma execução de 146%, muito mais do que aquela que estava estimada.-----

-----Sobre as hortas de Sampaio, disse que tinham sido concluídas no final do ano passado, já tinham sido pagas e estavam dentro do valor de 2,9 milhões de euros que tinha transitado para o ano seguinte. Se a fatura tivesse chegado um mês mais cedo, provavelmente não constaria este valor. Referiu que até para lançar os procedimentos concursais, a CMS tinha de ter a rúbrica com os compromissos e com os valores que permitissem lançar esses mesmos procedimentos senão não seria possível realizá-los.-----

-----Disse que as previsões plurianuais se faziam em matérias em que havia uma previsão da Câmara

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal de ser um encargo que pudesse ser plurianual e os Projetos do Portugal 2020 eram um dos exemplos mais fulcrais. As Opções Participadas estavam consignadas ao valor de cada um dos anos e este ano estava novamente inscrito nas GOPS um montante para as GOPS do ano 2018. -----

-----Em relação às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues sobre as dívidas a terceiros não era fácil e disse que esta semana tivera uma reunião com a Diretora Regional Distrital da Autoridade Tributária para ter a perceção dos montantes do IMI recebido e a sua origem, o correspondente à 1ª residência, à 2ª residência, a fundos imobiliários e, inclusivamente a maturidade da dívida de 4,7 milhões de euros que era a dívida em cobrança na Autoridade Tributária à qual a CMS não tinha acesso à informação da sua origem nem da sua maturidade. Não havia cruzamento de dados disponível aos municípios nem sequer a Autoridade Tributária tinha essa informação do ponto de vista da origem da receita do IMI. -----

-----Sobre a questão do ajustamento da taxa do IMI, disse que havia uma execução de 92% e tal como o ano de 2017 o comprovara, um compromisso e assumidos superiores àqueles que havia sido a execução orçamental da própria receita. A CMS não tinha uma grande margem para fazer alterações do ponto de vista da estrutura de receita, pois não havia um imposto sobre o tabaco, o sal, o açúcar, os refrigerantes nem o adicional do IUC (Imposto Único de Circulação). -----

-----Quando uma alteração era pensada tinha de ser sempre tido em conta o impacto que pudesse vir a ter nas contas da CMS. O resultado da arrecadação do IMI de 2015 para 2016 tinha sido um aumento de 200.000€ e de 2016 para 2017 tinha sido de cerca de 600.000€ mas este valor havia sido um valor extraordinário que a Câmara recebera senão até se mantinha igual ou ligeiramente inferior. Tratou-se de um valor adicional recebido pela Autarquia pago pelo Governo de um incumprimento que a Autoridade Tributária tivera ao longo de muitos anos naquilo que eram as coimas aplicadas aos cidadãos pela falta de pagamento do IMI que ficavam nos cofres desta Entidade. No Orçamento de Estado do ano passado, o Governo decidira que não poderia ser assim e esse valor foi transferido para os municípios. -----

-----Em relação às questões colocadas pela Deputada Luísa Carvalho, colocava-se num quadro das GOPS e não num quadro de Prestação de Contas. Referiu que a CMS não fazia distribuição de riqueza mas distribuía investimento, trabalho e maior limpeza, o que estava dentro das suas competências. Disse que a expressão utilizada pela Deputada assentava “que nem uma luva” para a Administração Central e o próprio fazia um registo da mesma. Salientou que entre 2013 e 2016, o Orçamento Global do Estado triplicara com base naquilo que eram os impostos e as transferências para a Administração Local durante este período haviam diminuído e que os Governos costumavam dizer que as Autarquias Locais eram

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

“*excelentes alunos*”, pois eram o principal subsetor, embora numa pequena escala, da administração pública que melhor contribuía para a consolidação do défice. Eram esses bons alunos que tinham de “levar” com a Legislação produzida por aqueles que eram maus professores. Disse que se o Governo aprendesse o que era o controlo do défice dos municípios com as boas práticas e a capacidade de investimento que era quase exclusiva dos municípios, talvez o município de Sesimbra e todos os outros do País estariam em melhores condições e teriam uma maior participação naquilo que eram as receitas da Administração Central. -----

-----Em relação ao CAIES (Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra), o Presidente da CMS disse que não tinha quaisquer números mas que neste momento havia apenas uma incubadora que não estava atribuída num total de seis mas a Autarquia tinha relatórios com regularidade e fazia questão de mandar essa mesma informação para a Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente ao custo/benefício, e tal como já havia dito na reunião das Comissões questionou quando a CMS fazia um investimento no Carnaval ou no *Reveillon* como tinha sido o caso e não se colocava quando era feito um investimento numa área que até nem era sua como numa escola Secundária, numa Escola de 2º ou 3º Ciclo ou na requalificação da marginal, qual era o custo/benefício que a CMS tinha em gastar 400.000€ numa área que não era sua. -----

-----Relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Sesimbra, disse que tinha sido iniciado no ano de 2010 e que durante este período, houvera várias alterações conjunturais, particularmente duas, que haviam pulverizado tudo aquilo que estava previsto no Plano de Desenvolvimento Estratégico não só turístico e até da própria estratégia para o município de Sesimbra e hoje com uma retoma de certa forma parcial, mas que também durante este período havia dois documentos estruturantes no quadro do Turismo em Portugal, um deles era oriundo do Governo, a Estratégia de Turismo 2027 e um outro num quadro também de uma transformação ocorrida durante este período por decisão da Administração Central que tinha a ver com as regiões de Turismo que hoje se centrava exclusivamente na Área Metropolitana de Lisboa com a Entidade Regional de Turismo com o Plano Estratégico 2015/2019. -----

-----Referiu que não poderia ser esquecido o Programa da Força Política vencedora e os contributos que as outras Forças Políticas quisessem dar e que era com esta base que a CMS pretendia ter, ainda durante o ano de 2018, ter não um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico mas um Plano de Ação de afirmação territorial ao nível do Concelho de Sesimbra no quadro da Área Metropolitana de Lisboa. No âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, bastava ver o conjunto de matérias

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

nos vetores definidos no relatório de gestão da CMS como a formação na área da restauração e da hotelaria, os eventos culturais realizados, a implementação de uma área de reabilitação urbana que acontecera no ano passado e que estava no Plano de Desenvolvimento Estratégico do Turismo. -----

-----Relativamente ao Deputado João Pólvora, o Presidente da CMS admitiu que a juventude e a irreverência por vezes levavam a “chavões populistas”, e disse ainda que se a intervenção sobre a falta de transparência tivesse vindo de alguém com mais idade teria ficado mais “sentido”. Disse ainda que a sua humilde aprendizagem nesta matéria de participação cívica lhe dizia que devia ser suficientemente tolerante para perceber que era essa juventude e irreverência que tinham estado na origem da linguagem utilizada da qualidade da democracia na Assembleia Municipal e no Concelho de Sesimbra.---

-----Sobre o relatório do Auditor e da ausência de valorização dos bens, disse não ter nenhuma influência na taxa de juro, podendo a CMS orgulhar-se no último Mandato, que terminara, e reforçando as palavras do Deputado Lobo da Silva, num período difícil, complexo com o sucedido e valorizar aqui o trabalho e tinha de o dizer porque havia sido um compromisso que era terminar os seus doze anos de Mandato, que infelizmente não conseguira concluir, com uma dívida inferior àquela com que tinha começado o seu primeiro Mandato e isso ninguém podia tirar a Augusto Pólvora. Disse que fizera parte desta Assembleia e que muitas vezes contra também a opinião dos Partidos nesta Assembleia que diziam que aquilo que a Câmara fazia era desastroso com os empréstimos que contraía sobretudo no quadro do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), com os investimentos na marginal de Sesimbra e no saneamento, que foi doloroso, em anos difíceis para a Câmara Municipal mas que conseguira principalmente nestes últimos quatro anos. Disse ainda que a taxa de juro do município de Sesimbra era das melhores taxas de juro do País. -----

-----Sobre os 4,7 milhões de euros de dívidas incobráveis, não havia essa informação por parte da Autoridade Tributária, apenas se sabia a origem dos impostos mas não se sabia a sua maturidade nem a sua origem do ponto de vista dos cidadão ou das empresas respeitantes. -----

-----Relativamente ao PAEL, disse que a CMS nunca defendera que seria a melhor solução mas que tinha sido a melhor solução possível à época essencialmente porque a taxa de juro comercial era bastante superior àquela que era apresentada, contrariamente àquilo que era hoje e não era por a Autarquia ser contra o PAEL por ser uma iniciativa de um Governo do PSD ou do CDS mas porque representava uma ingerência daquilo que era uma autonomia da própria CMS. -----

-----Em relação ao valor pago do FAM (Fundo de Apoio Municipal), outra medida também repudiada pela Autarquia, o Presidente disse que neste momento a CMS já havia pago cerca de 700.000€ e que

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha a informação que outros municípios entre os quais Aveiro e Portimão haviam concorrido ao FAM e nunca tinham tido um parecer favorável do Tribunal de Contas. A CMS tinha uma comparticipação ao longo destes anos de 1,6 milhões de euros. Tratava-se de um Fundo das próprias Câmaras para ajudar as outras Câmaras que estavam em situação de incumprimento e esta matéria deveria estar exclusivamente no foro da Administração Central ou num quadro que hoje já era possível, de um empréstimo de saneamento financeiro com as regras definidas na Lei de Finanças Locais.-----

-----Sobre as matérias colocadas sobre o Relatório de Contas de 2017, disse que já havia sido dada essa informação mas que relativamente à Quinta do Conde, nomeadamente ao Espaço Cultural do Auditório e Biblioteca, havia condições de o ter concluído neste Mandato. Em relação à Loja do Cidadão, o Presidente disse ter algumas reservas por não depender exclusivamente da Câmara Municipal e era conhecido que tinha vindo a ser feito um esforço junto da Agência de Modernização Administrativa para ter uma Loja do Cidadão na Quinta do Conde mas a alternativa dada era um Espaço do Cidadão que era um mero atendimento digital assistido que poderia ser feito por uma Santa Casa da Misericórdia, posto dos CTT ou Junta de Freguesia, o que não era o pretendido pela Autarquia. A própria Associação de Municípios discordava porque os encargos seriam todos dos municípios e as receitas provenientes desses atos administrativos seriam da Administração Central.-----

-----Relativamente à questão do crematório para animais, o Presidente disse que ainda não tinha uma opinião formada sobre esta matéria mas admitiu que pudesse ser uma mais-valia. -----

-----Sobre uma Escola Profissional na Quinta do Conde neste momento, disse que seria um contraciclo sobre o que se dizia sobre uma Escola Secundária. Uma Escola Secundária hoje em dia tinha duas vertentes: a do ensino e seguimento dos estudos e a vertente do ensino profissionalizante. Não seria mau se esta Escola existisse mas seria um rude golpe naquilo que era a aspiração em ter uma Escola Secundária. -----

-----Quanto à carreira urbana da Quinta do Conde, disse que, juntamente com o Vereador Sérgio Marcelino, numa segunda fase, haviam sido encetados um conjunto de negociações com os TST no sentido de aferir da possibilidade da criação de uma carreira urbana mas os TST neste momento, e sobretudo por se estar numa fase de *términus* da concessão em finais do ano de 2019, e com uma operação a ser realizada em toda a Área Metropolitana de Lisboa, haviam colocado à CMS que tudo isto só poderia ser realizado com encargos para Autarquia e nesta situação, ou a CMS fazia um concurso ou tinha de arranjar uma forma jurídica de ter uma adjudicação direta ao operador da área territorial.-----

-----O definido com a Área Metropolitana era, até 2019, uma vez que se estava a estabilizar uma rede

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

para o lançamento daquilo que seria a nova operação da Área Metropolitana, não haver um aumento de carreiras, sobretudo com encargos diretos para os municípios ou para a própria Área Metropolitana. ----

-----O Presidente informou que a Área Metropolitana já havia aceitado a inserção desta carreira na nova rede como uma das prioridades do município de Sesimbra e que seria objeto da próxima concessão mas era provável e expectável que não viesse a existir antes de 2020 porque não fazia sentido a CMS incluir as pensas do próprio município quando poderia estar incluída em 2020.-----

-----Relativamente à sinalética interior e exterior disse que a CMS estava a trabalhar em três vertentes e que na exterior era mais difícil pois dependia sempre das Infraestruturas de Portugal e que a última alteração de sinalética nas Estradas Nacionais 379, 377 e 378 havia sido feita no final de 2016, e a Câmara não tinha sido “tida nem achada” na sinalética implementada pelas Infraestruturas de Portugal.

-----Em relação à sinalética interior, havia já duas propostas, faltando ainda a da Quinta do Conde, apesar de resultar já um estudo da própria Junta de Freguesia. Uma das propostas era uma alteração à sinalética da freguesia do Castelo, e o outro no interior da Vila de Sesimbra, sendo que este último incluía uma alteração de sinalética dita do ponto de vista da rede viária mas a inclusão de uma sinalética para uma rede pedonal na qual também contavam as questões de estacionamento.-----

-----Sobre as questões da campanha do lixo, o Presidente da CMS disse que a Autarquia havia feito e continuava a fazer um esforço, quer no âmbito do aumento de sua capacidade de resposta na área da higiene urbana mas sobretudo também com a implementação do Projeto REMOVE, com a campanha de informação mas também a verdade era que não tinha sido possível chegar a todo o lado e era notório na freguesia da Quinta do Conde e em particular na freguesia do Castelo, sobretudo no que dizia respeito a monos e verdes, um constante abuso por parte dos cidadãos. Referiu que a CMS tinha uma viatura nova para o levantamento destas matérias após marcação de data entre a CMS e o próprio munícipe. -----

-----Relativamente à freguesia de Santiago, disse que a Mata de Sesimbra estava incluída na Candidatura e que de acordo com as regras do Portugal 2020 teria de estar concluída até 2021 e estava incluída no “bolo” que tinha intervenção no Bloco da Mata para habitação social do próprio Largo 2 de Abril, ou seja, tratava-se de três Projetos diferentes mas que se complementavam entre si. Disse ainda que estava incluído um parque infantil no Projeto de reabilitação da Mata da Vila Amália. -----

-----Sobre o Centro de Saúde de Sesimbra, tal como havia informado na última Assembleia, disse que o Projeto estava estabilizado do ponto de vista da arquitetura de estudo prévio, com a ARS (Administração Regional de Saúde) e que a CMS já havia adjudicado os Projetos de especialidades e era expectável que até ao final deste semestre o Projeto de execução do novo Centro de Saúde de Sesimbra

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estivesse concluído. Atualmente, o ponto de situação com a ARS com aquilo que era a estimativa da CMS para implementação deste Projeto numa localização diferente da que estava inicialmente prevista (Aníbal Esmoriz + dispensário) já com Projetos de execução estava orçada em cerca de 1,8 a 1,9 milhões de euros, e neste momento estava orçada em 1,2 a 1,3 milhões de euros, pois sem ter ainda os Projetos das especialidades, não era possível ter uma estimativa de custo final e a Autarquia colocou uma de duas hipóteses à ARS, sendo que a segunda seria a mais viável, sendo necessário haver uma alteração do contrato de financiamento pois os artigos onde o Centro de Saúde iria ser implementado iriam também ser mudados mas que a Autarquia pudesse, ou por um lado, ter o financiamento da totalidade da construção do Centro de Saúde ou por outro, se tal não acontecesse, que fosse considerada a possibilidade do edifício do antigo dispensário e o terreno onde o mesmo estava implementado passasse à posse do município. Informou que houve total abertura por parte da ARS para que tal acontecesse embora dependesse do Ministério das Finanças.-----

-----Não se estava a falar de uma cedência pura mas de um pagamento em espécie, o diferencial entre o que a CMS iria gastar e o que seria financiado.-----

-----Relativamente ao Castelo, o Presidente disse já tinha tido início a primeira intervenção ao nível dos passeios pedonais no âmbito do PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável) na zona de Sampaio, tal como havia dito à representante da Associação de Pais. Não tinha a mesma opinião em relação aos parques infantis e nunca o tivera mesmo enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Castelo e reconhecia que para o cidadão era muito bom ter um parque infantil e um jardim à porta de casa mas que com as atuais dificuldades de manutenção e regras associadas aos parques infantis, era preferível ter equipamentos de grande dimensão onde as famílias se pudessem dirigir.-----

-----Em relação ao Parque de Campismo do Forte-do-Cavalo, disse que tinha vindo a ser feito um investimento faseado e que este ano estava prevista a remodelação de algumas das casas de banho, sendo que este terreno não era do município e se manteria na posse do Ministério das Finanças. Disse que a CMS, ainda no tempo de Augusto Pólvora, fizera um conjunto de *démarches* que estavam a ser retomadas na perspetiva de haver uma permuta de terrenos entre a Administração Central e a Câmara Municipal.-----

-----Relativamente a uma maior organização cultural na freguesia do Castelo, deu a sua opinião pessoal e fundamentada com 12 anos enquanto Presidente da Junta de Freguesia. Informou que não existia uma centralidade na freguesia do Castelo e que era mais fácil para um cidadão da freguesia do Castelo, até por questões de mobilidade e transportes públicos, vir para Sesimbra do que ir da Azoia,

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Aldeia do Meco ou Almoíña até à Maçã. Disse que deveria existir um conjunto de atividades de menor dimensão para as aldeias, o que tinha vindo a ser feito e que do ponto de vista financeiro não fossem muito pesadas.-----

-----Sobre a questão da gestão Social-Democrata da CMS e a limitação à contratação de pessoal, disse seria indesmentível que esta última tivesse contribuído para a redução do ponto de vista e sustentabilidade da CMS mas também contribuíra em muito para outras coisas que aqui tinham sido colocadas como uma intervenção deficitária na limpeza urbana, para dificuldades na limpeza de bermas e passeios, para falta de pessoal para os serviços de proximidade, em particular os assistentes operacionais haviam sido os que mais se tinham reformado e não houvera qualquer hipótese de serem repostos estes lugares, tendo tudo isto, sido um reflexo, com a nota de que não existia nenhuma ferramenta de transferir ou ter mais impostos, a não ser que se tivesse aumentado o IMI para a taxa máxima, uma vez que era a única ferramenta disponível. Não foi opção da CMS aumentar os impostos locais nem as taxas e tarifas.- -----

-----À questão colocada pelo Deputado Pedro Mesquita sobre o fator político e se o PCP defendia o Governo, disse que o Partido não defendia nenhum Governo em que houvesse uma diminuição de impostos mas que houvesse uma reposição de rendimentos, direitos, liberdades, garantias quando se tinha o Serviço Nacional de Saúde, os CTT, as Escolas Secundárias de 2º e 3º ciclo na situação em que se encontravam e a Escola Secundária de Sampaio a precisar de 100.000€ para colocar uma nova vedação e não havia nada. O defendido era o não aumento dos impostos e a resolução dos problemas das pessoas.

-----Acrescentou que seria normal os Grupos Municipais não terem as mesmas opções mas que havia total abertura por parte da Câmara Municipal para receber contributos.-----

-----Relativamente à questão levantada pela presidente da Junta de Freguesia do Castelo, disse que era uma complementaridade entre a CMS e a Junta de Freguesia. -----

-----Foi cedida a palavra à Deputada Luísa Carvalho que disse que gostaria de responder com uma história e começou por dizer: *"Era uma vez uma cidade que tinha muitas chaminés e nas chaminés tinha muitas cegonhas e nasciam muitas crianças e então, generalizou-se a situação dizendo que por haver muitas cegonhas, nasciam muitas crianças."* Na Economia, chamava-se a isto, falácia da composição, ou seja, não se poderia generalizar uma situação com base em situações específicas e isso foi um pouco a resposta dada pelo Sr. Presidente. Referiu que a análise custo/benefício dependia do Governo Central mas não, pois se a marginal tinha problemas, provavelmente existiam custos diretos e indiretos sobre as pessoas. A Deputada disse que quando falava de uma análise custo/benefício no retorno do euro para as

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pessoas, referia-se a questões de política económica, pois não se estava a definir questões executivas nem económicas. Não colocava em causa que as contas estivessem mal feitas pois esse havia sido um trabalho dos Técnicos da CMS e que se estava nesta Assembleia para discutir opções e questões de natureza política e parecia que a tendência da Câmara de Sesimbra havia sido a do Governo do PS em termos de execução orçamental. Referiu ainda relativamente à redistribuição, a CMS poderia fazê-la a vários níveis e que ao baixar o valor do IMI, estava a deixar-se mais valor disponível para os cidadãos, sendo esta uma forma de redistribuir rendimentos. Não era apenas através dos impostos do Governo Central e a criação de redistribuição poderia ser direta ou indirecta. -----

-----Em relação ao Plano do Turismo, disse que pelas palavras do Presidente da CMS, a Deputada havia ficado quase com a ideia de que o Plano já tinha sido “colocado na gaveta” e que no próximo ano iria haver outras ações. Questionou se este Plano ainda estava em vigência e se estavam a ser executadas ações do mesmo. -----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que disse que a intervenção do PSD não havia sido colocar nenhuma questão ao Executivo mas ler uma intervenção e uma Recomendação. Disse ainda pensar que estava num tempo novo em que não havia austeridade e que quando ouvira dizer que o orçamento global do Estado triplicara mas que as transferências para as Autarquias tinham diminuído, ficava preocupado porque a determinada altura ainda estava a pensar que estava no Governo do PSD. O Deputado disse que não tinha histórias para contar mas pediu permissão para ler a seguinte questão referente ao tempo: *“O tempo perguntou ao tempo, quanto tempo o tempo tem. O tempo respondeu ao tempo que o tempo tem tanto tempo quanto tempo o tempo tem.”*. -----

-----A **Presidente da AMS** lembrou que havia sido clara quando fizera a ronda por todas as bancadas ao questionar quais as intervenções a fazer tendo sido pré-sinalizadas as intervenções dos Deputados Luísa Carvalho e Lobo da Silva. Admitiu a ausência do Deputado João Rodrigues que colocara agora a intenção de fazer a sua intervenção e informou que após a intervenção do Deputado Fernando Patrício não haveria mais intervenções de nenhuma bancada. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse ter compreendido a justificação dada pelo Sr. Presidente em relação à origem dos débitos e questionou se a Câmara tinha na sua contabilidade, todos os devedores discriminados cliente a cliente, pois se assim fosse, poderia dar os dados da antiguidade. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Fernando Patrício** que cumprimentou todos os presentes e disse que iria igualmente contar uma pequena história para lembrar um Partido que estivera oito anos à

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

frente da Câmara Municipal, o Partido Socialista, que durante esse tempo, aumentara a dívida da Autarquia em 300%, passando de 8 milhões para 24 milhões de euros e que atualmente estava em 19 milhões de euros. Lembrou também que nessa altura, a taxa cobrada de IMI era de 0,5% e que hoje em dia era de 0,4%. Referiu que não deixaria de ser interessante ouvir o PS dizer que se poderia ir um pouco mais longe mas que falar era fácil mas não eram apresentados quaisquer valores nem propostas. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que as questões colocadas eram sempre para além daquilo que era a essência do debate do documento em causa mas que eram também fruto das intervenções já feitas.-----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que relativamente à questão colocada pela Deputada Luísa Carvalho, disse que discordava completamente com a comparação entre a Autarquia e o Governo do Partido Socialista, pois nem a Câmara tinha a capacidade de arrecadação de receitas que tinha o Governo e transformação da arrecadação da receita porque a CMS poderia tirar a sobretaxa extraordinária, e bem, mas não tinha nenhuma taxa sobre o tabaco para colocar, se bem que, era preferível ter uma sobretaxa sobre o tabaco do que sobre o rendimento do trabalho. Quanto ao IMI, disse que tinha um conhecimento empírico o qual dizia respeito ao número de residências de 2ª habitação existentes no Concelho e até pela aplicação daquilo que era a taxa de IMI familiar. A perceção não era clara, do impacto da redução do IMI no binómio, ou seja, entre 50% a 60% da receita bruta de IMI correspondia à 2ª residência e este impacto de 2ª residência obrigava a Autarquia, sobretudo nos encargos maiores como os serviços urbanos, serviços de proximidade, limpeza urbana, água, resíduos e saneamento, a ter encargos suplementares que depois não tinham reflexos naquilo que eram as transferências do Orçamento de Estado e só por via destes impostos diretos podiam ter este reflexo e nas taxas de serviços urbanos da CMS. --- -----

-----Relativamente ao Plano Estratégico do Turismo, o Presidente disse que se tratava de um documento orientador e não um documento com vinculação áquilo que era o exercício da atividade do município. Foi feito num período com determinadas características e numa determinada conjuntura onde, por exemplo, se defendia que a CMS fizesse a reabilitação da Casa da Ópera no Cabo Espichel para eventos culturais. A temporada de Música já havia sido implementada há cerca de cinco anos e já resultava desta própria filosofia de valorização da Casa da Ópera. Apesar de na altura estar contemplada no Plano Estratégico, a Ala Norte do Cabo Espichel onde se incluía a Casa da Ópera nem sequer era do município, apesar de hoje já o ser e de o Programa em curso para valorização nem prever, pelo menos para já, possibilidade que ficará nas mãos do promotor, se será para uso público, para uso de uma unidade hoteleira ou não.-----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse também que foi das maiores discussões nesta Assembleia, apesar da sua juventude à época, a defesa da implementação, entre outras coisas, numa das áreas daquilo que era os Projetos Turísticos em mente e que estavam aprovados. Salientou que hoje a conjuntura tinha mudado tanto que tinha muitas dúvidas se algum dia, nos tempos próximos, viessem a avançar, sobretudo os Projetos definidos para a zona norte e zona sul da mata de Sesimbra. O Plano Estratégico estava também entroncado nesses dois grandes empreendimentos mas a conjuntura alterara significativamente, bem como o modelo da Área Metropolitana de Lisboa e o modelo de Turismo do País. -----

-----Tal como havia dito anteriormente, este não deixava de ser um documento orientador que precisava, e poderia ser opção da CMS fazer uma atualização em função da atual conjuntura e do posicionamento de Sesimbra no seio da Área Metropolitana de Lisboa também era verdade que esta Autarquia estava inserida numa Área Metropolitana com determinadas competências e que estava previsto passar para as Áreas Metropolitanas e até para os Municípios um conjunto de competências na área da promoção turística. Disse também que a Entidade Regional de Turismo estava confinada à Área Metropolitana e tinha uma estratégia própria que definia a Centralidade Arrábida sobretudo para o território de Setúbal, Sesimbra e Palmela, que tinha de ser considerada e não estava prevista num quadro regional como estava o Plano de Desenvolvimento Estratégico. -----

-----Com base no conjunto de documentos da CMS e que não era indissociável e não poderia ser aquilo que era a da Administração Central do País no quadro do Turismo, tinha de assentar um plano de acção para o município de Sesimbra integrado em todos os Planos e não apenas naquele do desenvolvimento estratégico do Turismo que foi feito numa altura que não foi monitorizado e não tivera nenhuma revisão em função das alterações conjunturais sentidas no País. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues, o Presidente da CMS disse que os dados trabalhados na lógica do Deputado obrigariam a um trabalho maior por parte do Departamento de Administração e Finanças e que provavelmente seria preciso mais recursos humanos mas ficava o compromisso de que seria feito os possíveis para no próximo ano ter os dados solicitados pelo Deputado. -----

-----Para terminar, o Presidente salientou que este exercício, independentemente da votação por parte das bancadas da Assembleia Municipal, era de valorizar o grande trabalho feito sobretudo pelos trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra, de uma forma direta a aqueles que estavam relacionados com a Contabilidade e com as Finanças da Câmara Municipal mas também todos aqueles que fizeram um esforço enorme durante este período difícil que foram os últimos anos e particularmente o último ano

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pelos acontecimentos ocorridos, mas também às empresas e aos cidadãos do Concelho que, independentemente daquilo que era referido em relação à redistribuição da riqueza ou não, souberam claramente interpretar aquilo que era o custo/benefício que tinham para a sua vida ter uma gestão CDU, sendo que o relatório do Revisor Oficial de Contas reflectia bem aquilo que era a gestão do município no quadro do exercício de 2017. -----

-----A **Presidente da AMS** lembrou, para que todos ficassem não só esclarecidos mas também que compreendessem qual era a matéria para deliberar, o qual estava escrito segundo a Lei: *“A Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua 2ª reunião da sessão Ordinária de abril, realizada no dia 22, apreciou o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e aprovou os documentos de Prestação de Contas de 2017 e aplicação dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017 apresentados pela Câmara Municipal”*.-----

-----Disse tratar-se de duas componentes em que este documento se dividia. Havia uma parte respeitante à apreciação do Inventário de acordo com a Lei e no que dizia respeito à deliberação concreta dos documentos de Prestação de Contas de 2017.-----

-----A Assembleia Municipal apreciou o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e **aprovou, por maioria**, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU) e 8 votos contra (7 PS e 1 BE), os documentos de prestação de contas de 2017 e a aplicação dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017, apresentados pela Câmara Municipal.-----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----***“Considerando que no passado dia 18 de Abril efectuamos uma reunião conjunta das comissões em que foram esclarecidas por parte do Senhor Presidente, do Senhor Vereador das finanças as questões colocadas pelos Deputados Municipais, entende o PPD/PSD que não deve hoje voltar a formular perguntas ao executivo camarário, somente para que fique gravado a nossa participação no debate.***-----

----- *O PPD/ PSD fez uma análise objetiva sobre o relatório de contas referente ao ano de 2017, ultimo do mandato de 2013/2017. Iremos continuar a ser o PPD/PSD verticais, frontais e coerentes, sem malabarismos e do tudo vale na Politica.*-----

-----*Após a apresentação de todos os documentos enviados e analisados, queremos destacar o seguinte:*-----

-----*O famoso PAEL instrumento colocado à disposição pelo anterior governo do PPD / PSD às*



Assembleia Municipal de Sesimbra

autarquias e que nós autarquia e muito bem aderimos não por uma questão estrutural, mas sim por uma questão conjuntural e que está a ser pago religiosamente. Pondera o executivo e bem contrair um empréstimo para antecipar a sua liquidação?-----

-----Estamos a cumprir o pagamento do FAM que em 2017 se cifrou em perto de 250 Mil euros?-----

Mas ficamos à espera que o governo socialista anule esta medida porque no tempo do governo do PPD/PSD eram contra. Assim como também esperamos que o Governo baixe o Iva da electricidade publica paga pelo Município.-----

-----Aproveitamos esta oportunidade em falar do FAM para solicitar ao executivo o valor pago até este momento pela autarquia e solicitar a Srª Presidente da Assembleia que obtenha a informação de que municípios já solicitaram este apoio e seus respectivos montantes.-----

-----Que recebemos do estado para investimentos 212 Milhões valor muito inferior ao que recebemos da derrama (320 Mil Euros) e não esquecer que a derrama é um imposto que incide somente sobre as empresas do Concelho que tenha obtido lucros não sobre todas as empresas.-----

-----Sobre as empresas do Concelho devemos ter uma palavra de apreço e de reconhecimento porque muitas delas são a alavanca do desenvolvimento concelhio e de uma ou de outra forma o apoio do movimento associativo.-----

-----O PPD/PSD brevemente irá apresentar uma iniciativa sobre esta matéria.-----

-----Chegados aqui e utilizando uma expressão muito popular “é só fazer as contas”, podemos concluir:-----

-----Que autarquia de Sesimbra tem as suas contas equilibradas.-----

-----Perante este cenário das contas equilibradas, que consideramos positivo, é o momento de falarmos em opções e aqui o PPD / PSD diverge, e obviamente que tem opções, reconhecendo embora que está haver um investimento no concelho mas que podemos incrementar e aproveitar a boa saúde financeira do concelho.-----

-----Assim passamos a enumerar:-----

*-----**Quinta do Conde**-----*

-----Que é necessário e urgente um espaço cultural e uma biblioteca, soubemos na passada AM do dia 20 do corrente mês que a dita escola do conde 2 vai ser construída em duas fases. 1ªfase a escola e posteriormente a 2ª fase o dito Auditório.-----

-----Que temos que incentivar a criação de uma extensão da loja do cidadão colmatando a dificuldade que os munícipes daquela freguesia têm em deslocar à sede do concelho.-----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Que temos que ponderar a criação de um cemitério / crematório para animais. -----

-----Que temos que desenvolver a possibilidade da construção de uma escola profissional na Quinta do Conde e fixar os jovens daquela freguesia ao nosso Concelho. -----

-----Que temos que negociar com os operadores de transportes públicos, a criação de carreiras urbanas em toda a freguesia da Quinta do Conde, não esquecendo o Casal do Sapo, Courelas da Brava e Fontainhas. -----

-----Que temos que exigir o melhoramento da sinalética interna e externa de acesso ao Concelho. ----

-----Que é urgente iniciar uma campanha de sensibilização para a não colocação de lixo fora dos locais indicados. -----

-----E por fim e não menos importante, continuar a exigir ao governo que cumpra com a promessa da construção da escola secundária da Quinta do Conde. -----

-----**Santiago** -----

-----Construção de um jardim com parque infantil na mata de Sesimbra-----

-----Efectuar uma campanha de sensibilização juntos dos comerciantes para o não despejo de lixo fora dos contentores / moleques. -----

-----A reparação urgente dos passeios.-----

-----Exigir ao governo o cumprimento do acordo celebrado com o anterior Governo do PPD/PSD em relação à construção do Centro de Saúde de Santiago. -----

-----**Castelo** -----

-----A necessidade de se construir parques infantis na Freguesia. -----

-----Que temos que dar início à requalificação do parque de campismo do forte do cavalo, espaço que é em nosso entender deverá ser um ex-libris da freguesia. -----

-----Que é urgente a construção de passeios pedonais subjacentes a via publica -----

-----Que devemos iniciar a elaboração de um plano de reestruturação e ordenamento da rede pedonal e viária da freguesia. -----

-----Que temos que ter uma maior programação cultural nesta freguesia. -----

-----Em suma, -----

-----Pretendemos recomendar e incentivar a CMS que é necessário uma maior preocupação no Concelho em termos de higiene urbana, cultural e ambiental na segurança dos seus munícipes , e que de uma vez por todas esqueça os velhos do restelo e os acomodados profetas da desgraça e comece a promover além fronteiras a Piscosa como cantava Luis Vaz de Camões. -----

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Ou seja devemos e pretendemos que exista uma maior relação entre autarquia e os cidadãos. ---
-----O executivo também democraticamente deve reconhecer que o resultado obtido nas contas também se deve em parte às políticas praticadas pelo anterior governo do PPD / PSD , na limitação de contratação de pessoal e com o limite de endividamento por parte dos municípios.-----
-----Uma palavra especial de agradecimento a esta equipa do departamento da Contabilidade, Dr^o Anibal Sardinha, Dr^o Graça Candeias , Dr^o Leonildo Cachão , António Mendonça e D. Catarina Fernandes. Diversas vezes intervimos nesta AM dizendo que esta CMS sendo de maioria CDU tem uma gestão Social-democrata e não nos cansamos de mais uma vez dizê-lo.-----
-----No passado referenciamos nesta casa, que tínhamos uma Maria Luis Albuquerque e um Vitor Gaspar à frente do gabinete de Contabilidade e não nos enganámos.-----
-----Reconhecer hoje, que acaba aqui a gestão Augusto Pólvora.-----
-----**A ele e independentemente da sua cor política também devemos ter uma palavra de apreço para que hoje tenhamos estes resultados.**-----
-----Ao finalizar o exercício de 2017 da Câmara Municipal de Sesimbra, apraz-nos registar que a imagem de qualidade e rigor é generalizadamente reconhecida, a qual se a deve ao esforço, á dedicação e à competência dos seus trabalhadores, de todo o executivo e de todos os municípios.-----
-----E assim 2018, apresenta-se em pleno para novos desafios.-----
----- Por isso encaramos o futuro com determinação e confiança.-----
-----Não obstante de hoje termos referenciado aqui alguns aspetos que para o PPD/ PSD são fundamentais para que a autarquia continue a melhorar as condições de vida dos seus municípios.-----
-----Os membros do PPD/ PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra de uma forma coerente e responsável irá votar favoravelmente esta prestação de contas referente ao exercício do ano 2017.-----
-----Disse.”-----
-----O Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto:-----
-----“O Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017 corresponde ao resultado da execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2017, o qual não obteve aprovação por parte do Partido Socialista.-----
-----Relativamente aos resultados do exercício, do ponto de vista financeiro, o desempenho poder-se-ia considerar como positivo. No entanto, considera o Grupo Municipal do Partido Socialista que esse



Assembleia Municipal de Sesimbra

desempenho foi obtido à custa de uma injustificável pressão no orçamento das famílias do concelho e do sacrifício da qualidade dos serviços prestados aos munícipes. -----

-----Não assim de menor relevância política o facto de, ao longo do ano de 2017, se ter verificado um agravamento de algumas condições dos serviços prestados aos munícipes, como é o caso da continuidade no abastecimento de água, com falhas regulares na Freguesia do Castelo, da recolha dos resíduos sólidos urbanos e limpeza dos respetivos contentores, na qual se observou uma regressão na frequência e qualidade das ações de recolha, que levaram a que se registasse constantemente, e por todo o concelho, a acumulação de resíduos fora dos contentores, com os consequentes mau-cheiros e impacto visual negativo, numa terra que se quer de turismo. -----

-----Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota contra o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2017, concordando no entanto com a proposta de distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2017.” -----

-----O Grupo Municipal da CDU prestou a seguinte Declaração de Voto: -----
-----“No que se refere ao documento Prestação de Contas referente ao ano de 2017, os eleitos da CDU enaltecem e valorizam o trabalho realizado pelo anterior, e o atual executivo autárquico durante o ano de 2017. -- -----

-----O rigor na utilização dos meios financeiros ao dispor da autarquia, e uma responsável, e rigorosa gestão dos recursos humanos e materiais, permitiram alcançar os resultados dos quais destacamos:-----

----- Redução da dívida global no valor de 2,1 milhões de euros comparativamente ao ano de 2016.-

----- Redução da dívida de curto prazo no valor de 600 mil euros -----

----- - Redução aproximada de 1,5 milhões de euros na dívida de médio e longo prazo. -----

----- Resultado líquido positivo obtido em 2017 no valor de 1,2 milhões de euros.-----

----- Durante o mandato 2013-2017 a dívida global reduziu 8,6 milhões de euros ou seja, 31%.-----

----- Em 2012 a dívida global situava-se nos 34 milhões de euros, sendo que no final de 2017 situa-se nos 19 milhões de euros. -----

----- Uma redução no prazo médio de pagamento nos 38 dias, sendo que em 2012 este prazo situava-se nos 340 dias. -----

-----Ao mesmo tempo, concretizaram-se um conjunto de investimentos, obras e conclusão de vários projetos, dos quais salientamos: -----

----- Parque urbano da Maçã – Augusto Pólvora, aquisição da ala norte do Santuário do cabo

Ata nº9 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Espichel, valorização do castelo de Sesimbra, criação do centro de apoio à incubação de empresas (CAIES), extensão da rede de saneamento da freguesia do Castelo, reabilitação da Avenida dos Combatentes na Vila de Sesimbra, reforço do abastecimento de água em todo o concelho, a melhoria da rede viária nas Freguesias do Castelo e Quinta do Conde, as obras de Urbanização das Augis da Lagoa da Albufeira, a conclusão da casa da água e Horta dos Peregrinos no Cabo Espichel, habitação social no bairro Infante D. Henrique. -----

----- O desenvolvimento dos projetos respeitantes ao novo centro de saúde, tribunal, escola da Quinta do Conde, restauro da capela de São Sebastião, escola Rodrigues Soromenho, saneamento da Azóia, PAMUS. -----

-----A totalidade dos investimentos envolveu verbas perto de 7,2 milhões de euros, montante superior em cerca de 36% comparativamente a 2016. -----

-----Referir, que em algumas destas realizações o município se substituiu ao estado na concretização desses investimentos e obras que não são da competência da autarquia. -----

-----Apesar da redução da dívida, a concretização dos investimentos programados, a satisfação dos encargos fixos da estrutura dos serviços municipais, o cumprimento do serviço da dívida, a manutenção das infraestruturas, património, equipamentos básicos municipais, os apoios na área social e associativo, entre outros, não deixaram de ser realizados. -----

-----Este enorme esforço financeiro exigido à autarquia, no valor de vários milhões de euros, foi conseguido principalmente através da obtenção de receitas próprias, uma vez que as verbas transferidas pela administração central são miserabilistas, como é o caso do valor para investimentos à volta de 250 mil euros. -----

-----Convém destacar, que a câmara municipal de Sesimbra não depende das transferências do estado, ao contrário da maioria das outras câmaras municipais. É justo referir que todas estas realizações contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho, e melhoria das condições de vida de quem nele vive e de quem nos visita. -----

-----É de inteira justiça salientar que o município de Sesimbra encontra-se do ponto de vista financeiro numa situação perfeitamente equilibrada, com o endividamento global controlado, e alcançado o equilíbrio orçamental, tudo isto fruto de uma gestão rigorosa, séria e competente. -----

-----Finalmente, uma palavra de apreço para com o anterior presidente Augusto Pólvora, salientando o seu enorme contributo nas diversas vertentes da ação municipal durante os vários mandatos em que



Assembleia Municipal de Sesimbra

exerceu funções, e cujos resultados espelharam a qualidade e competência da sua intervenção como autarca e como homem. -----

-----O Grupo Municipal do BE prestou a seguinte Declaração de Voto:

-----“*No que diz respeito à votação das Contas e das GOPS, o Bloco de Esquerda votou contra por ter outras opções e outras propostas para o desenvolvimento do concelho de Sesimbra. No entanto, tal votação não invalida que se possam tentar encontrar consensos sobre áreas relevantes como o ambiente, a mobilidade ou a inclusão social.*” -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a reunião eram zero horas e quarenta e cinco minutos do 27 de abril de 2018.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----